



POR UM ACT DIGNO

CATEGORIA SEGUE MOBILIZADA E CONVOCA ATO NACIONAL DE ADVERTÊNCIA

Cada voz, cada presença e cada gesto de apoio fortalecem a mobilização e mostram à Petrobrás que a categoria está unida em defesa de um ACT digno e de uma Petrobrás comprometida com seu papel social e com quem constrói sua história todos os dias. Mais do que uma pauta econômica, a luta é por respeito, segurança, valorização e soberania!

A categoria petroleira exige que o novo Acordo Coletivo de Trabalho tenha duração de um ano, para garantir segurança jurídica e preservar direitos diante das incertezas do próximo período.

O ACT 2025 vem sendo marcado por fortes embates entre a categoria e a gestão da Petrobrás. Enquanto os sindicatos cobram pautas abrangentes – como a recomposição do efetivo, avanços em saúde e segurança, isonomia entre empresas do Sistema, valorização

da AMS, soluções para os PEDs da Petros e o reconhecimento da diversidade – a empresa insiste em propostas insuficientes e sucessivas prorrogações.

A categoria deixou claro que não aceita estagnação nem retrocessos e exige um Acordo Coletivo de Trabalho digno, que assegure conquistas históricas, recupere o que foi perdido nos últimos anos e projete a Petrobrás para o futuro com valorização e respeito à força de trabalho.

Depois das grandes mobiliza-

ções do dia 3 de outubro, quando os 72 anos da companhia foram marcados por atos em todo o país, a luta entra em nova fase de pressão. O Sindipetro-LP convoca a categoria para o ato nacional de advertência no dia 14 de outubro, antevéspera da reunião de negociação entre os sindicatos e a Petrobrás, marcada para o dia 16.

Os atos nas bases do Sindipetro-LP serão concentrados nos terminais Transpetro da Alemoa e Pilões, na UTGCA e no aeroporto de Jacarepaguá,

no Rio de Janeiro. Em cada local, grupos diferentes de trabalhadores participarão das mobilizações, garantindo que toda a categoria esteja mobilizada e na crescente.

A ação faz parte de um movimento nacional unificado, com a FNP em diálogo com a FUP para ampliar a adesão e transformar o ato em um recado claro à gestão da Petrobrás: a categoria está mobilizada e disposta a ir até o fim por um ACT justo, que valorize quem faz a empresa acontecer.

ACT 2025/2026: ENTRE PRORROGAÇÕES E IMPASSES, CATEGORIA COBRA AVANÇOS EM SALÁRIO, EFETIVO, SEGURANÇA E DIVERSIDADE

As negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026 já se mostravam difíceis antes mesmo da primeira rodada oficial. Em 25 de junho, durante reunião sobre plano de cargos, a Petrobrás encerrou o encontro após mandar interromper gravações em vídeo feitas por dirigentes da FNP, episódio que acendeu o alerta sobre transparência e controle da narrativa por parte da empresa.

Na sequência, em 23 de julho, a FNP protocolou a pauta do ACT 2025/2026 junto à Petrobrás e às subsidiárias, com reivindicações como reposição inflacionária acrescida de 4,67% de ganho real, incorporação da RMNR ao salário-base, reajuste do VR/VA (IPCA + 2,5%), avanços na AMS, concurso público para recompor efetivo, isonomia entre empresas do Sistema e solução para os PEDs da Petros.

A pedido da própria compa-

nhia, em 18 de agosto, a FNP esclareceu pontos da pauta e cobrou o início das negociações formais. A primeira reunião de mesa, em 2 de setembro, veio com proposta de vigência até 31/08/2027, reajuste apenas pelo IPCA (sem ganho real), atualização de benefícios educacionais só em 01/01/2026 e 01/01/2027, e tabelas do Grande Risco da AMS vinculadas ao VCMH a partir de 01/03/2026 e 01/03/2027. A empresa manteve mecanismos de banco de horas e não respondeu a pontos estruturais como efetivo e carreira; a FNP rejeitou em mesa por considerar a proposta insuficiente frente às necessidades da categoria.

Em 5 de setembro, a Federação reafirmou publicamente a rejeição e convocou mobilização; entre 9 e 11 de setembro, o Sindipetro-LP realizou assembleias que deliberaram indicativos (mobilização, estado de

greve, assembleia permanente).

Na reunião de 25/09, os eixos de SMS e efetivo voltaram a dominar o debate. O tema offshore também esteve presente, com cobranças sobre a logística de embarques e a garantia de proteção ao descanso no regime especial, mas a pauta não se restringiu a esse ponto. A categoria insistiu em colocar a segurança e o efetivo no centro das negociações: exigiu respostas concretas para a proteção nas unidades, criticou a ausência de medidas diante da sequência de acidentes graves no Sistema e relacionou esses problemas à terceirização de atividades sensíveis e ao quadro reduzido de trabalhadores e trabalhadoras. A Petrobrás, por sua vez, apresentou respostas insuficientes e, ao final, informou apenas que o ACT será novamente prorrogado por mais 30 dias ou até a assinatura de um novo, o que ocorrer pri-

meiro, enquanto as tratativas seguem sem avanços consistentes. A entrega de uma nova proposta acontece no dia 16 de outubro.

O sindicato e a FNP denunciaram a estratégia protelatória da gestão, qualificando como “manobra para ganhar tempo” o modo como a empresa comunica “tratativas” sem enfrentar os itens críticos da pauta, especialmente os de SMS — num contexto marcado, inclusive, pela morte do trabalhador Rodrigo Reis na Coreia do Sul e por outros acidentes que exigem respostas urgentes sobre segurança e condições de trabalho. A cobrança é por avanços concretos imediatos nesses eixos, e não por generalidades. Até a data da próxima reunião, 16 de outubro, seguiremos unidos e em luta pressionando a gestão da empresa para apresentar uma proposta que reflita o anseio da categoria.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL MARCA OS 72 ANOS DA PETROBRÁS E REFORÇA LUTA POR UM ACT DIGNO E PELA DEFESA DA EMPRESA

No dia 3 de outubro, data em que a Petrobrás completou 72 anos de história, as bases petroleiras de todo o país amanheceram mobilizadas em defesa de um Acordo Coletivo de Trabalho digno e por melhores condições de vida e trabalho. O dia nacional de luta, convocado conjuntamente pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), foi marcado por atos em refinarias, terminais, plataformas e unidades operacionais, reafirmando a força e a unidade da categoria.

No Litoral Paulista, a mobilização foi expressiva. Trabalhadoras e trabalhadores da UTE-EZR, RPBC e Pilões (em Cubatão), do Terminal da Alemoa (em Santos), da UTGCA (em Caraguatatuba), do Tebar (em São Sebastião), das plataformas PMXL, P-66 e P-69, e do Edisen Valongo (em Santos) participaram ativamente dos atos, denunciando a falta de avanços nas negociações e a postura protelatória da gestão da Petrobrás, que, sob o pretexto de “corte de gastos”, vem apresentando propostas rebaiçadas e evasivas.

Os números, porém, desmentem o discurso: apenas no primeiro semestre de 2025, a Petrobrás registrou lucro líquido de US\$ 10,7 bilhões, um crescimento de 140% em relação ao mesmo período de 2024, al-

cançando o 3º lugar no ranking mundial de petroleiras — a melhor colocação desde 2020. Diante disso, a categoria reafirmou que não há justificativa econômica para negar avanços reais no ACT.

As mobilizações evidenciaram o cansaço da categoria com a lentidão das negociações e reforçaram pautas históricas, como a reposição das perdas salariais, a recomposição de efetivo, a valorização da AMS, o fim do banco de horas nas áreas operacionais e a garantia de um ACT de um ano, que assegure estabilidade e proteção diante das incertezas do próximo período.

Durante as manifestações, o Sindipetro-LP destacou também o eixo da saúde e segurança, reafirmando que o combate à exposição ao benzeno segue como prioridade sindical. Foram lembradas a retomada da Comissão Nacional do Benzeno, a defesa do Valor de Referência Tecnológico (VRT) — parâmetro que reconhece que não existe nível seguro de exposição e que deve ser usado como referência para reduzir continuamente o contato com o agente — e a exigência de PPPs e ASOs corretos, que registram a exposição e garantem acompanhamento médico e direitos previdenciários. Enquanto o VRT se baseia na lógica da tolerância zero, setores patronais têm pressionado pela adoção de um LEO (Li-

mite de Exposição Ocupacional) mais permissivo, que poderia naturalizar contaminações diárias. Essas pautas, que dizem respeito diretamente à saúde e à vida da categoria, só avançam com mobilização e vigilância permanente.

Mobilização Nacional em outras bases pelo Brasil

Os atos da FNP e FUP mostraram que a mobilização é nacional e crescente.

No Rio de Janeiro, o Sindipetro-RJ realizou atividades desde as primeiras horas da manhã, com mobilizações no TABG, no CENPES, na Transpetro e um grande ato unificado em frente ao Edisen, denunciando os ataques da gestão Magda Chambríard, a privatização da PBio e o avanço da terceirização.

Nos estados de Alagoas e Sergipe, o Sindipetro AL/SE realizou um ato simbólico em frente ao Ediser, onde trabalhadores da ativa e aposentados cortaram um bolo de aniversário da Petrobrás, em protesto pela falta de reconhecimento e valorização.

Na Amazônia e no Pará, o Sindipetro Amazônia promoveu manifestações em Manaus e Belém, reunindo trabalhadores próprios e terceirizados, aposentados e pensionistas. Além da pauta trabalhista, os atos destacaram a solidariedade internacional à Palestina e a crítica à apreensão da flotilha humanitária que leva-

va ajuda a Gaza, com brasileiros entre os detidos.

As bases da FUP também protagonizaram grandes mobilizações. Os atos contra a privatização da PBio marcaram presença nas usinas de Montes Claros (MG) e Candeias (BA), onde o coordenador-geral da federação, Deyvid Bacelar, reafirmou que o modelo de “parcerias privadas” defendido pela atual gestão não representa o projeto de Petrobrás pública e soberana que a categoria ajudou a reconstruir.

Em Campos (RJ), o ato no Farol de São Tomé lembrou o papel estratégico da Petrobrás para o desenvolvimento nacional e alertou sobre o sucateamento da Bacia de Campos, com problemas de integridade estrutural, segurança e efetivo reduzido. Já em Barueri (SP), Araucária (PR) e nas refinarias da FUP, as manifestações reforçaram a unidade nacional da categoria em torno de um ACT digno e do fortalecimento do Sistema Petrobrás.

Em todas as bases, o sentimento foi o mesmo: a categoria segue mobilizada, vigilante e pronta para avançar.

Os 72 anos da Petrobrás foram celebrados em forma de luta, com um recado claro à direção da empresa — sem valorização e sem respeito à força de trabalho, não há futuro possível para a Petrobrás.

ACT DÁ ÊNFASE À PAUTA DOS TRABALHADORES

Em meio à campanha salarial, a direção sindical tem dado destaque à pauta dos trabalhadores e trabalhadoras offshore.

O segmento merece atenção especial, uma vez que, nas últimas gestões da Petrobrás, os embarcados foram alvo de sucessivos ataques e acumularam retrocessos significativos. Para garantir a defesa de direitos e melhores condições de trabalho, os pontos prioritários já foram formalmente encaminhados à gestão da empresa por meio de ofício.

Entre os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras offshore estão o desvio de função, a ausência de hotel garantido no pré e pós-embarque, a logística deficiente para quem reside fora das regiões de embarque, o cancelamento recorrente de voos,

a suspensão de embarques — muitas vezes justificados pela contenção de gastos — e as reiteradas reclamações em relação aos serviços de hotelaria.

Também são reivindicados o vale-alimentação, o pagamento de horas extras interjornada e de deslocamento, além de medidas contra a exposição a agentes químicos, que em muitas situações sequer são monitorados durante a abertura de equipamentos.

Outro ponto de grande insatisfação é o auxílio-deslocamento, previsto na cláusula 26 do ACT, mas limitado pelo anexo 7, que exclui cerca de 90% dos embarcados ao impedir o pagamento para quem recebe o Adicional Provisório de Transferência Temporária (APTT).

Na prática, enquanto em outras petrolíferas o transporte aéreo e a hospedagem

em hotel são garantidos para distâncias acima de 500 km dos aeroportos de embarque, na Petrobrás o benefício se resume a um apoio financeiro para a compra de passagem rodoviária, com desconto de 6% no salário base — em contradição com a Lei nº 5.811, que assegura transporte gratuito.

Até mesmo o dia do desembarque, que deveria servir como compensação, só é respeitado se não houver atrasos de voo ou intercorrências, o que demonstra a precariedade da política da empresa para este segmento.

É importante destacar que os pontos abaixo elencados já foram enviados, por meio de ofício, à gestão da Petrobrás.

XV.1 - Saúde e Segurança

– Sem prejuízo de avanços eventualmente obtidos na comissão geral de SMS, entendemos ser necessária uma

comissão específica de SMS para os trabalhadores embarcados, dadas as suas conhecidas especificidades. Temos enfrentado sucateamento de unidades e ainda não testemunhamos uma mudança real na política de saúde e segurança. A recente explosão na plataforma PCH-1, como sabido, não é um caso isolado. É apenas sintoma de uma realidade disseminada pela maioria das plataformas em operação nas nossas bases.

XV.2 - Desvio de Função

– Arrasta-se um problema crônico de Desvio de Função em relação ao chamado “Operador Pintor”. Como é de conhecimento da empresa, profissionais de outras áreas estão sendo utilizados para a realização de pinturas nas unidades, sem qualificação e treinamento adequados para esta função adicional. Mani-



S (AS) OFFSHORE APÓS SUCESSIVOS ATAQUES

pulam tintas, solventes e EPI's sem a devida expertise e sem previsão do PGR dos riscos envolvidos. Temos buscado o entendimento para superar este problema, mas, diante da falta de diálogo e de solução efetiva, nossos sindicatos deverão ingressar com ações judiciais.

XV.3 – Hotel no Embarque e Desembarque - Reivindicamos a garantia de hotel para o pré-embarque e o pós-embarque, pois o trabalhador muitas vezes não tem onde ficar. Hoje é o sindicato que garante o hotel. Tal realidade não é compatível com uma empresa do porte da Petrobrás.

XV.4 – Logística de Deslocamento - Reivindicamos a cobertura pela empresa de toda a logística para os trabalhadores que moram fora da região do embarque, o que já

acontece em outras empresas que prestam serviços à Petrobras. Isso substituiria o auxílio deslocamento.

XV.5 – Hora Extra de Deslocamento - Reivindicamos o pagamento de horas extras relativas ao tempo de deslocamento dos trabalhadores que precisam se locomover até bases de embarque distantes, como no caso de Macaê-Farol, Rio-Maricá e Santos-Rio.

XV.6 – Fiscalização de Hotelaria - Reivindicamos a garantia de uma fiscalização primeirizada (própria da Petrobras) sobre as condições de hotelaria, que hoje é terceirizada. Para tanto, que sejam tomadas todas as medidas necessárias, como concurso para a área de enfermagem para atuação embarcado. Apesar dos inúmeros movimentos e denúncias,

ainda é de baixa qualidade, por exemplo, a alimentação servida a bordo.

XV.7 – Vale Alimentação - A empresa concederá de vale-alimentação aos trabalhadores em regime de embarque, proporcional a 50% do valor pago aos trabalhadores administrativos.

XV.8 – Sobreaviso - A empresa se compromete a garantir que os trabalhadores embarcados em sobreaviso recebam sua hora extra interjornada, sem que seja prejudicada a sua remuneração e onde houver alta frequência de HE para pessoal sobreaviso, deve ser implantado o turno.

XV.9 – Garantia de Salários - A empresa se compromete a garantir que as remunerações dos contratos novos não pre-

judiquem os trabalhadores e seus direitos. Jamais deve haver redução dos salários e/ou dos direitos nas trocas de contratos.

XV.10 – Teletrabalho - Reivindicamos a Inclusão do pessoal de regimes especiais que estejam temporariamente no regime administrativo no acordo sobre teletrabalho.

XV.11 – Dia do Desembarque - Demandamos que o lançamento do dia do desembarque passe de -0,5 (menos meio) para 0 (zero), visto que o dia inteiro é perdido no deslocamento do trabalho para casa e que com os seguidos atrasos muitas vezes os trabalhadores só conseguem desembarcar muitas horas depois do horário previsto, literalmente eliminando o primeiro dia do que seria sua folga.



DIVERSIDADE E COMBATE AO ASSÉDIO NA PAUTA DAS NEGOCIAÇÕES DO ACT 2025/2026

No dia 30 de setembro, ocorreu o encontro específico sobre diversidade, solicitado pela FNP para tratar de temas fundamentais como igualdade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, valorização da população LGBTQIAPN+ e aposentados, além do enfrentamento ao assédio, à violência sexual, moral e doméstica.

Um dos pontos mais debatidos foi a retaliação contra denunciante de assédio, realidade que ainda afeta principalmente trabalhadores contratados. A FNP reforçou que a proteção a quem denuncia precisa estar garantida no ACT, e não apenas em padrões internos da empresa. A Petrobrás informou que já promoveu ajustes em seus processos, incluindo a participação da corregedoria nos casos mais graves, novas atribuições para gerentes de contrato em situações de re-

taliação, a possibilidade de o sindicato acompanhar o trabalhador ou trabalhadora denunciante durante a entrevista e a presença de advogado para a parte denunciada.

A importância desse debate fica evidente diante de episódios recentes que vieram a público, nos quais denúncias de assédio resultaram em processos demorados, falta de respaldo institucional e, em alguns casos, a permanência de agressores em cargos de liderança mesmo após acusações formais. Essas situações expõem a vulnerabilidade das vítimas, que muitas vezes enfrentam pressões para desistir, e reforçam a necessidade de mecanismos claros, prazos definidos e garantias formais no ACT.

A empresa também apresentou o Projeto Ecoar, que reúne boas práticas no Sistema de Ouvidoria e possui uma cartilha própria, já solicitada

pela FNP, e destacou que já há um movimento para ampliar a participação de mulheres nas comissões de análise de assédio. Apesar desses avanços, a FNP destacou a necessidade de que todas as medidas sejam visíveis, de fácil acesso e descritas no ACT, com prazo máximo de 90 dias para conclusão dos casos.

Na mesa, os dirigentes reafirmaram que a diversidade deve ser tratada como parte essencial de um ACT digno e de uma Petrobrás do futuro, que respeite seus trabalhadores e trabalhadoras. Também foi feita a cobrança pela prorrogação do ACT, vencido em 30 de setembro, para garantir segurança jurídica e tranquilidade durante as negociações.

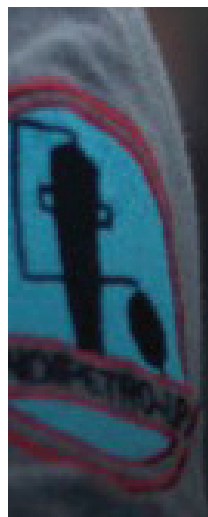
No dia seguinte, 1º de outubro, a Petrobrás comunicou oficialmente a prorrogação da vigência do ACT 2023/2025 até 31 de outubro de 2025, ou

até a celebração de um novo acordo, o que ocorrer primeiro. A decisão assegura que as condições pactuadas retroajam a 1º de setembro de 2025, data-base da categoria.

O Sindipetro-LP e a FNP reforçam que não há conquistas sem mobilização. O chamado agora é para que a categoria siga atenta e engajada, fortalecendo a luta por direitos e garantias no ACT 2025/2026.

Em síntese, o ACT 2025/2026 segue marcado por uma disputa de projetos: de um lado, a Petrobrás tenta manter um pacote limitado e protelatório — com prorrogações sucessivas e respostas genéricas —; de outro, a categoria, organizada pela FNP e pelos sindicatos, exige ganho real, isonomia, recomposição de efetivo, melhorias objetivas na AMS e respostas efetivas em segurança e condições de trabalho.

Seguimos mobilizados!



A luta pelo ACT de apenas um ano é estratégica para a categoria. Em um cenário de instabilidade política e econômica, não podemos ficar amarrados a um acordo longo que nos fragilize diante de mudanças no governo ou de projetos de privatização da Petrobrás — algo que já sentimos na pele e que trouxe enormes prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras. Garantir a negociação anual significa manter nossa capacidade de mobilização e de reação, com espaço para cobrar reparação das perdas acumuladas e lutar por ganho real nos salários.